

PETIÇÃO DE CIÊNCIA

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA ____ VARA CÍVEL/CRIMINAL/FAZENDA PÚBLICA DE _____

Processo nº: _____

REQUERENTE: _____

REQUERIDO: _____

I – DOS FATOS

1. O Requerente, na qualidade de parte interessada no presente feito, vem, por meio desta petição, informar que teve pleno conhecimento dos atos processuais realizados nos autos.
2. Esta ciência é fundamental para garantir o direito ao contraditório e à ampla defesa, conforme previsto no artigo 5º, inciso LV, da Constituição Federal.

II – DA CIÊNCIA

3. O Requerente declara que recebeu e tomou conhecimento integral das seguintes peças processuais:

- Petição inicial;
- Contestação/Resposta;
- Sentenças e decisões interlocutórias;
- Intimações e notificações;
- Outros documentos anexados ao processo.

4. O presente ato visa assegurar a regularidade do andamento processual e a observância dos princípios do devido processo legal.

III – DOS PEDIDOS

Diante do exposto, requer-se:

- a) A juntada desta petição aos autos para fins de comprovação da ciência do Requerente sobre os atos processuais;
- b) Que sejam consideradas tempestivas todas as manifestações futuras do Requerente, tendo em vista a ciência integral ora declarada;
- c) A intimação das partes para que façam constar a ciência nos registros do processo.

IV – DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

Declara que esta ciência é feita de forma espontânea, clara e inequívoca, sem prejuízo de futuras manifestações, garantindo a transparência e a lisura processual.

Termos em que,

Pede deferimento.

_____, _____
Local Assinatura do Requerente

Nome do Advogado(a)
OAB/___ Nº _____

Fonte original deste documento:

<https://documentos-jus.com/peticao-de-ciencia/>

Este modelo foi útil para você?

Confira outros modelos atualizados em:

<https://documentos-jus.com>

Mais modelos

Este modelo é destinado exclusivamente para uso pessoal e não comercial.

Ao compartilhar ou publicar, a citação da fonte é obrigatória.

Este modelo tem caráter meramente orientativo e não constitui aconselhamento jurídico.

Recomenda-se consultar um profissional qualificado para casos específicos.